

Servidores do TRE ameaçam greve por tempo indeterminado

Categoria realiza assembleia hoje à tarde para decidir sobre a paralisação

José Alves

jav@uipb.com.br

Pela terceira vez este ano, os servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba paralisaram as atividades a fim de forçar o Governo Federal a incluir ainda este mês, o reajuste da proposta orçamentária do Poder Judiciário para 2013. Segundo o presidente do Sinjuf-PB, Marcos Lopes, os servidores da Justiça Eleitoral estão há mais de seis meses sem reajuste salarial. "Desde ontem cerca de 40% dos servidores estão realizando apagões para impedir que haja expediente no Tribunal e nos cartórios eleitorais. Hoje também será realizada às 14h30, uma assembleia geral que vai decidir se os funcionários entram ou não em greve nacional por tempo indeterminado, o que poderá comprometer as eleições para prefeito e vereador no próximo dia 7 de outubro", alertou Marcos Lopes.

Arrastão

Mesmo com a presença da Polícia na frente do TRE e dos cartórios eleitorais, Marcos disse que hoje será realizado um arrastão nas salas do órgão a fim de convencer os servidores que continuam trabalhando a cruzarem os braços pela causa. O objetivo é forçar uma reunião entre o Governo Federal e a Federação dos Servidores do Poder Judiciário (Fenajud).

No início de julho deste ano, os servidores do TRE da Paraíba realizaram uma paralisação de quatro dias durante o período de registro de candidaturas na capital. Chegaram a dificultar o processo, bloqueando a entrada dos partidos no fórum. Só após uma reunião com o juiz Fabiano Moura de Moura responsável pelo cartório eleitoral onde eram registradas as candidaturas, foi que concordaram em

liberar o acesso dos candidatos. No último dia 15, foi feita outra paralisação e ontem foi iniciada mais uma de dois dias. Marcos Lopes informou que também estão paralisados os servidores do Judiciário Eleitoral do Distrito Federal, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, entre outros.

Polícia Rodoviária

Uma reunião às 9h de hoje, com o secretário de Relações de Trabalho do Governo Federal, Sérgio Mendonça, pode pôr fim a greve dos policiais rodoviários federais, iniciada na última segunda-feira. "A expectativa é que o Governo apresente uma proposta que atenda os interesses da categoria", afirmou ontem Ed Porto Bezerra, vice-presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais, na Paraíba.

A reunião acontecerá com todos os representantes do Sistema Sindical dos policiais rodoviários federais e à Paraíba também estará presente no encontro, que não tem hora programada para acabar. Ontem, no Estado, o dia foi de mobilização nos 11 postos da PRF situados de Cabedelo a Cajazeiras. Depois de 37 chefes setoriais deixarem seus cargos à disposição, na última terça-feira, o que se observou nos locais de trabalho foi a redução do efetivo. "Apenas 30% está trabalhando. Temos apenas 248 policiais rodoviários federais na ativa para atender a demanda na Paraíba", garantiu Ed Porto.

Por telefone, o presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Pedro Cavalcanti disse que o Governo exige curso superior para aqueles que pretendem ingressar na PRF, no entanto, na hora de considerar o cargo para fins remuneratórios, considera como nível intermediário. "É um verdadeiro contracenso de sua parte", afirmou. Pedro Cavalcanti vive a expectativa de que o Governo apresente uma proposta que corrija as distorções salariais e também que reconheça o cargo como



FOTOS: Evandro Pereira

Os funcionários do TRE paralisaram ontem, pela terceira vez este ano, as atividades

de nível superior.

A greve deflagrada na última segunda-feira foi comunicada oficialmente ao Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento e à Direção Nacional do Departamento da PRF na terça-feira pela Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF). Através dos Ofícios nº 104, 105 e 106, respectivamente, os manifestantes esclareceram que a decisão da greve, aprovada em massa pela categoria, representa a última alternativa disponível para obter do Governo Federal uma resposta sobre as reivindicações que foram apresentadas ao longo de exaustivas reuniões.

"O efetivo de 30%, conforme estabelece a lei da greve, está sendo cumprido. Durante o movimento, está assegurada a execução das atividades essenciais à sociedade como

Reunião entre representantes da PRF e do Governo Federal pode acabar com paralisação

atendimento de acidentes com vítimas e desobstrução de vias, ficando as demais atribuições prejudicadas em face do movimento", afirmou Ed Porto.

A paralisação nacional foi aceita durante assembleia realizada no último sábado e a adesão é feita de forma gradual, de acordo com as necessidades de cada sindicato estadual (Sinprf). Existem no

país 24 sindicatos regionais e a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) calcula que 21 atendem ao comando de greve até amanhã, um dia depois da reunião com o Ministério do Planejamento. Alguns Estados já tinham iniciado o movimento na semana passada.

Segundo a categoria, entre os serviços prejudicados com a paralisação, está o combate aos crimes em estradas e rodovias, ao tráfico de drogas assim como a fiscalização de cargas, sonegação de impostos e crimes de trânsito. O policiamento nas fronteiras do país também está reduzido. Entre os itens da pauta de reivindicações, os policiais rodoviários federais pedem, principalmente, uma recomposição salarial e o reconhecimento do nível superior para o cargo de policial rodoviário federal.

Paralisação na UFPB continua

Em greve há mais de 90 dias, os professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), se reuniram em assembleia na manhã de ontem no auditório da reitoria e decidiram continuar a greve e aprovaram a contraproposta elaborada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que vai ser protocolada no Ministério da Educação. A proposta da Andes foi aprovada por unanimidade, com apenas duas abstenções, já no que diz respeito ao movimento grevista, 157 professores votaram pela continuidade da greve e 15 contra.

Segundo informações do comando de greve dos professores, as alterações na contraproposta respeitam os princípios da proposta inicial do Andes-SN, alterando o valor o piso para R\$ 2.018,77 e o percentual dos degraus entre níveis de 5% para 4%. Além do mais a contraproposta do Andes apresenta uma flexibilização da proposta inicial da categoria, com o objetivo de reabertura de negociação com o Governo Federal. Entretanto, as reivindicações básicas continuam como a defesa da uma educação pública com mais qualidade e a valorização da carreira do Magistério Superior.

No período da tarde de ontem, também foi realizada no Centro de Vivência da UFPB uma reunião ampliada com os estudantes da instituição. Na oportunidade eles tiraram diversas dúvidas sobre o movimento grevista.

Atividades

Conforme o calendário de atividades, hoje será realizada às 9h, uma reunião do Consep e às 14h30, uma reunião do CLG. Também ocorrerão reuniões nos campi de Bananeiras (9h30) e Areia (14h30). (JA)

DIREITOS DA MULHER

Entidades escolhem novos membros do Conselho

Uma plenária com representantes do movimento de mulheres e feministas marcou o segundo dia do seminário "O papel do Conselho de Direitos da Mulher: desafios da participação", realizado na terça e ontem, pela Comissão Provisória do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. O evento aconteceu no Hotel Netuanah, localizado no Cabo Branco, e reuniu várias entidades representativas de mulheres e feministas do Estado.

Representantes de grupos de mulheres indígenas, quilombolas, de terreiro, juvenis, trabalhadoras rurais, pescadoras, domésticas e pessoas idosas definiram de forma democrática as novas integrantes do Conselho Estadual dos

Direitos da Mulher, que passam a partir de agora a acompanhar as ações do colegiado.

"Eu particularmente não sabia que nós tínhamos um instrumento tão importante de atuação nas políticas públicas para as mulheres como o Conselho. Esse é um momento histórico para todos os grupos existentes no Estado", disse a presidente da Colônia de Pescadoras do Vale do Sabugi, em Santa Luzia, Juclândia Fernandes.

Segundo a representante do Centro da Mulher 8 de Março e do Fórum de Mulheres da Paraíba, Irans Marinheiro, os critérios para as mulheres estarem representadas no Conselho se dá na participação em grupos que tenham atuação direta com os direitos das mulheres. "O Conselho é um

espaço onde as organizações podem ter voz e deliberar reivindicações da sociedade civil diretamente com o governo. É um instrumento de valorização das ações e das políticas públicas", comentou.

Para a integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário, Aline Ana Leite, estar no Conselho é uma grande representação social dentro do governo. "O grupo de Mulheres Olga Benário está inserido neste espaço e com disposição para contribuir no que for em prol das mulheres", declarou.

Composição do Conselho

Após a composição dos chapas representativas dos grupos de mulheres presentes no seminário, foram eleitas as entidades com conselheiras titulares e suplentes da sociedade civil.

Entidades eleitas

Titulares:

1. Coletiva Feminista de Areia
2. União Brasileira de Mulheres (UBM)
3. Centro da Mulher Márcia Barbosa
4. Centro da Mulher 8 de Março
5. Rede de Mulheres de Terreiro
6. Grupo de Mulheres Maria Quitéria
7. Sindicato das Trabalhadoras Domésticas
8. Federação das Trabalhadoras na Agricultura do Estado (Fetag/PB)
9. Mulheres Guetierrez Potiguaras da Baía da Traição
10. Rede Feminista de Saúde
11. Movimento de Mulheres Olga Benário
12. Associação de Mulheres de Patos

Suplentes:

1. Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande
2. União Nacional de Luta por Moradia (UNMP)
3. Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal da Paraíba - Areia
4. Associação de Pescadoras do Vale do Sabugi - Santa Luzia
5. Associação de Mães Dadas pela Vida das Mulheres, Crianças e Adolescentes - Potirum
6. Grupo de Fortaleza Mulheres Idosas
7. Associação de Mulheres "Flor Mulher" - Santa Rita
8. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Guarabira
9. Centro de Direitos Humanos Oscar Romero - Santa Rita
10. Quilombolas Urbanas
11. Quilombo Rural de Santa Luzia
12. Grupo de Mulheres Yalodé